

## IDENTIDADES EM SANTA CATARINA: A NEGAÇÃO DO OUTRO E A CELEBRAÇÃO DA ESPECIFICIDADE

*Maristela Simão<sup>1</sup>  
Angelo Renato Biléssimo<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir processos de construção de identidades no Estado de Santa Catarina, no Brasil. Apresenta e discute alguns marcos históricos, em um esforço de cronologia que busca aprofundar a compreensão dos modos pelos quais o campo da cultura é utilizado no estado, muitas vezes, em uma estratégia de segregação, não só com o objetivo de definir quem faz parte, mas também, muito especialmente, quem deve ser excluído. Propõe-se, ao mesmo tempo, avançar na discussão de alguns conceitos que permeiam o debate, tendo como horizonte um esforço de superação das desigualdades e de valorização da diversidade de origens das populações catarinenses.

**Palavras-chave:** Identidades, Cultura, Diversidade, Santa Catarina.

### IDENTITIES IN SANTA CATARINA: THE DENIAL OF THE OTHER AND THE CELEBRATION OF SPECIFICITY

**Abstract:** This article aims to discuss processes of identity construction in the State of Santa Catarina, Brazil. It presents and discusses some historical landmarks in an effort of chronology that seeks to deepen the understanding of the ways in which the field of culture is used in the state, often in a strategy of segregation, not only with the goal of defining who is part but, especially, who should be excluded. It is proposed, also, to advance in the discussion of some concepts that permeate the debate, having as a horizon an effort to overcome inequalities and to value the diverse origins of the people of Santa Catarina.

**Keywords:** Identities, Culture, Diversity, Santa Catarina State.

### IDENTITÉS À SANTA CATARINA: LE DÉNI DE L'AUTRE ET LA CÉLÉBRATION DE LA SPÉCIFICITÉ

**Résumé:** Cet article a le but de discuter des processus de construction identitaire dans l'État de Santa Catarina, au Brésil. Il présente et discute certaines marques historiques, dans un effort de chronologie qui cherche à approfondir la compréhension de la manière dont le champ de la culture est utilisé dans l'État, plusieurs fois, dans une stratégie de ségrégation, pas seulement avec le but de définir qui fait part, mais aussi, surtout, qui devrait être exclu. Il est également proposé d'avancer dans la discussion de certains concepts qui imprègnent le débat, en ayant pour horizon un effort pour surmonter les inégalités et valoriser la diversité des origines des populations de Santa Catarina.

**Mots-clés:** Identités, culture, diversité, Santa Catarina.

<sup>1</sup> Museóloga e historiadora, Mestre em História da África e Doutora em Museologia, Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona, Portugal.

<sup>2</sup> Historiador, Mestre em História dos Descobrimientos e da Expansão e doutorando em História na Universidade de Lisboa, Portugal.

## IDENTIDADES EN SANTA CATARINA: LA NEGACIÓN DEL OTRO Y LA CELEBRACIÓN DE LA ESPECIFICIDAD

**Resumen:** El presente artículo tiene por objetivo discutir procesos de construcción de identidades en la provincia de Santa Catarina, en Brasil. Presenta y discute algunos ejes históricos, en un esfuerzo de cronología que busca profundizar la comprensión de los modos por los cuales el campo de la cultura es utilizado en la provincia, muchas veces, en una estrategia de segregación, no solo con el objetivo de definir quien hace parte, pero también, especialmente, quien debe ser excluido. Se propone, al mismo tiempo, avanzar en la discusión de algunos conceptos que permean el debate, que tiene como horizonte un esfuerzo de superación de las desigualdades y de valoración de la diversidad de orígenes de las poblaciones catarinenses.

**Palabras-clave:** Identidades, Cultura, Diversidad, Santa Catarina.

### Introdução

*Diversidade é a marca da cultura catarinense. Os casarões açorianos do Litoral, a arquitetura em estilo enxaimel no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições italianas ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense [...] Há conjuntos históricos que representam outras etnias europeias que também participaram, em menor escala, da colonização do Estado. A cidade de Treze Tílias, no Meio-Oeste, foi fundada por imigrantes austríacos vindos da região do Tirol e parece uma vila típica saída dos Alpes. Outros dois grupos étnicos com contribuições arquitetônicas que merecem destaque são os poloneses e os ucranianos. [...] (SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO, 2015)*

O estado de Santa Catarina, usualmente, é imaginado como um espaço diferenciado do conjunto da formação brasileira, um “pedacinho da Europa no sul do Brasil”. Em oposição a um povo “miscigenado” que emerge de um “cadinho cultural” pleno de diferentes influências, esta região seria quase que exclusivamente fruto de uma experiência que remete à Europa. Fenômenos e mecanismos culturais de outras origens, em especial não europeias, acabam, por vezes, invisibilizados, tanto em pesquisas e estudos quanto em manifestações de divulgação e celebração de aspectos culturais catarinenses. Esse ocultamento, não raro, mascara a diversidade da sociedade e acaba por negar, a populações e indivíduos, o acesso a sua memória e ao seu patrimônio e por esconder sua história ou falsear sua trajetória. Esse processo busca construir para Santa Catarina uma imagem específica, tanto em relação aos seus processos internos como na visão projetada para fora do estado e do país.

A discussão sobre o que seria a “cultura catarinense” começa apoiando-se profundamente nesta segregação, pois faz, muitas vezes, uma sinonímia direta entre

cultura e origem, e não por acaso remete qualquer manifestação cultural à imigração europeia. Propomos, entretanto, transitar em um conceito mais amplo de cultura, como Geertz, que, ao discutir o tema, diz acreditar,

como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de um significado (GEERTZ, 1996, p. 15).

Essa noção permite perceber estas relações como uma teia presente de forma difusa e, ao mesmo tempo, entrelaçada na sociedade brasileira, abrindo espaço para a atuação do indivíduo como definidora dessas relações sociais. Sob este prisma, a ideia de uma cultura catarinense que seja eminentemente alemã, italiana ou – o que causa ainda mais estranhamento – açoriana, como veremos a frente, levanta muitas questões.

Há, outrossim, uma constante tensão entre identidade e alteridade, entre processos de coesão e de diferenciação social. Alguns esforços em Santa Catarina procuram construir a identidade tendo como ponto fundamental, justamente, a negação da diversidade. Neste sentido, talvez seja mais oportuno a ideia de multiculturalismo, conforme apresentada por Stuart Hall (2006). Esta interpretação entende a tentativa de construção de uma narrativa única como um fenômeno eminentemente violento, que exige a invisibilização de largas parcelas da população.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, 2006, p. 62).

Em Santa Catarina, a principal ferramenta nessa direção, em uso desde meados do século XX, passa pela atribuição de uma origem às manifestações culturais. Nesse sentido, uma das grandes ausências no debate, ainda que mais recentemente esteja havendo uma emergência de novos estudos que não existiam em períodos anteriores, são as manifestações culturais de origem africana ou indígena, ou, mais exatamente, a participação destas populações nas dinâmicas culturais catarinenses. O primeiro passo, entretanto, é compreender que identidades não se transferem. As identidades construídas na América, assim, são influenciadas por costumes e ideias trazidas pelas populações de seus locais de origem, mas constantemente revisitadas e ressignificadas ao longo do tempo. As identidades, nesse contexto, são criadas a partir de uma ideia de elo entre o

sujeito e o local que é percebido como de sua origem. Não são, portanto, fixas. Segundo Stuart Hall, dependem de um “conjunto de posições de identidade”, variando conforme a pessoa, o momento e o contexto. (HALL, 2009, p. 432) Tornam-se, assim, mais políticas que antropológicas.

Mais do que isso, a experiência da escravidão, dos fluxos e das trocas interculturais atlânticas, deve ser parte integrante dos estudos das culturas e identidades forjadas na América. Na linha do apontado por Paul Gilroy, essa visão seria uma perspectiva transnacional e intercultural, produzida através da diáspora, que liga profundamente Santa Catarina a experiências vividas fora de seu espaço (GILROY, 2001). As identidades, ainda que remetam a uma origem, não são transportadas ou concluídas, forjam-se no trajeto.

Pela carga que carregam, remetendo a divisões populacionais que não só são produzidas, como também usualmente utilizadas para a segregação e invisibilização de grupos sociais, é preciso delimitar de forma bastante cuidadosa a utilização destes conceitos. Não há, sob esse aspecto, nenhuma identidade monolítica, que obrigue todos sob sua sombra a determinados comportamentos. Não há, do mesmo modo, uma única identidade a ser assumida pelo indivíduo, pelo contrário, muitas vezes as pessoas se utilizam de determinadas identidades como resposta a uma situação, transitando entre elas ao sabor da necessidade e de suas possibilidades. A ideia de identidade, assim, se afasta de qualquer pretensão essencialista, e se insere, deste modo, entre aqueles conceitos que, embora complexos, polêmicos e algo desgastados, ainda são úteis enquanto ferramentas de análise. Esses conceitos, e entre eles o de identidade, talvez seja o que mais se destaca, mantêm sua relevância, e

uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (HALL, 2004, p. 104).

Há, em Santa Catarina, um esforço perene e antigo de definição de uma identidade. A formação e a consolidação do discurso da especificidade como hegemônico é, talvez, o mais importante dado na discussão de cultura e identidade no estado, tendo vindo a ser combatido de forma mais efetiva, apesar do esforço de alguns indivíduos e instituições antes disso, apenas a partir da década de 1990. Mesmo assim, ainda é influente e amplamente presente.

A busca pela construção de uma identidade catarinense, conforme aqui investigamos, não se dá de forma imediata. Para compreender esse processo é preciso compreender como ele se construiu, e de que forma a visão da história e da formação de Santa Catarina foi sendo modificada ao longo do tempo.

## **Um esforço de cronologia**

Para compreender a construção das ideias de identidade e memória em Santa Catarina podemos pensar em como essa visão evoluiu. Ainda que, como acontece de forma geral nos processos que envolvem a complexidade do convívio social tenha havido contínuas idas e vindas, com resistências, saltos e conflitos, o que propomos aqui é um esforço de cronologia, que aponte para um quadro geral do desenvolvimento das noções de identidade construídas a partir da memória. Esse é um processo que reúne incontáveis individualidades, histórias pessoais que respondem a uma infinidade de questões. Ainda assim, julgamos relevante tentar estabelecer algumas balizas, que permitam uma compreensão maior do processo mais abrangente. Entretanto, ressaltamos que as fases que aqui referimos são apenas indicativas, e que os diferentes processos e dinâmicas se sobrepõem.

Essas identidades que se propõem hegemônicas necessitam consolidar-se, ao mesmo tempo, como amplas e segregadoras. Amplas, pois devem abarcar variadas manifestações culturais – frequentemente de origens diversas ou pouco claras – e segregadoras, já que devem ser capazes de manter afastadas ou invisibilizadas manifestações indesejadas.

As políticas de identificação e definição cultural sempre estiveram atreladas a objetivos políticos, econômicos e acadêmicos, levados a cabo por grupos com interesses específicos. Se esse processo é verdade para muitos lugares, em Santa Catarina ele é especialmente importante pela verdadeira tradição que o estado tem em um relacionamento bastante próximo entre os chamados intelectuais e as esferas de poder estatal.

## **Raça, clima e abordagens naturalistas (até 1948)**

Com o fim do Império e início da República, o Brasil perde as bases monárquicas em que se apoiava desde os tempos coloniais e se torna necessário desenvolver novos discursos sobre a nação, e de como superar seus desafios. Não parece haver, no entanto, ruptura com conceitos então em voga, como os que propunham um branqueamento da população através da imigração e que viam na mestiçagem e em questões como a influência do clima e de aspectos naturais nas populações a origem de muitos dos problemas do país. Ainda que as conclusões a que se chegavam sejam hoje reconhecidas como indefensáveis e profundamente racistas, pode-se identificar ali um primeiro esforço de utilizar o conhecimento científico na organização social, econômica e política do Brasil.

Com a chegada da década de 1930, entretanto, mudanças profundas se operam no país. A chamada República do Café com Leite, alicerçada nos mesmos pressupostos e nas mesmas forças sociais que sustentavam o Império, dá lugar à ditadura de Getúlio Vargas, e novas iniciativas, como a criação da Universidade de São Paulo – USP, mostravam que havia profundas mudanças em gestação. Três obras, lançadas em um intervalo de uma década, podem ser consideradas símbolos dessas mudanças: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936 e *A Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., em 1942. Essas obras representam uma profunda alteração na forma do país enxergar suas próprias dinâmicas, e podem ser colocadas como a base de formas de se compreender o Brasil com intensas implicações ao longo dos anos, ainda que mais como símbolos, uma vez que os estudos, inclusive de seus autores, continuam avançando, e as discussões sobre o país seguem aprofundando sua complexidade nos anos seguintes (FREYRE, 1933; HOLANDA, 1936; PRADO JR., 1942).

*Casa Grande e Senzala* aponta para construções possíveis de um Brasil que fizesse as pazes com a sua diversidade e abre a vertente cultural da forma de compreender o país. *Raízes do Brasil* tira da raça, do clima e dos aspectos naturais a carga do atraso, e busca olhar nas formulações políticas e nas opções brasileiras a origem das dificuldades, sendo sucedida pela concentração no social. Já *A formação do Brasil Contemporâneo*, com a ideia do *sentido da colonização*, tenta compreender, dentro da teoria marxista, um caminho específico do país, percorrendo um trajeto centrado no econômico. Mas, mais do que isso, esses trabalhos mostraram a possibilidade de novas teorias e aproximações, atualizadas com as discussões em curso em outros países e construídas a partir de um real

esforço científico, sempre dentro dos padrões metodológicos então em voga e das opções metodológicas e ideológicas dos autores.

Em Santa Catarina, entretanto, o processo seria mais moroso, e foram necessários alguns anos para que as aproximações baseadas na raça e no clima encontrassem seu ocaso. Conceitos que, ao menos dentro do debate intelectual que se propunha científico, haviam sido abandonados ou, ao menos, perdido grande parte de sua influência nos grandes centros do Brasil, permaneceram em voga no estado.

Pode-se afirmar que na primeira metade da década de 1930, já não havia mais espaço para as explicações naturalistas da sociedade brasileira. O novo regionalismo que surge então – que incentivava o conhecimento das partes que ganhariam significação no todo – parece ter influenciado iniciativas como as de [Oswaldo] Cabral, [Lourival] Câmara ou Aujor [Ávila da Luz]. Porém, o que parece significativo é a insistência por parte destes autores em usar instrumentos de análise naturalistas considerados há algum tempo obsoletos. Oliveira Vianna parece viver na sua plenitude por vários anos ainda em Santa Catarina, mesmo após ter sido mandado às trevas em outras partes do Brasil (GARCIA JR., 2002, p. 40).<sup>3</sup>

Se estava pouco atualizado em relação à forma como se discutiam essas questões em outros espaços do país, entretanto, o discurso salientava a inserção de Santa Catarina no quadro geral da ocupação do Brasil. O discurso dominante sobre a identidade catarinense da primeira metade do século XX baseava-se, assim, no desbravador português e na inserção de Santa Catarina no cenário nacional. A diferenciação do catarinense se daria no desempenho de suas figuras de proa, mais do que em algum elemento de sua formação, como se daria nos anos seguintes.

A própria formação da região era, nessa visão, um dos elementos de dificuldade ao seu desenvolvimento. Como era comum nesse tipo de discussão, Santa Catarina seria composta por tipos específicos de população, resultado das raças que a formaram e das condições naturais que as moldaram. Para Lourival Câmara, havia em Santa Catarina o “Serrano”, que era agressivo e havia herdado do indígena “profundos sentimentos tanto no ódio como no amor” e do português “a ambição e o autoritarismo”; o “Praiano”, uma “reprodução degenerada daqueles que fracassaram no litoral”, essencialmente “indolente, resignado”; e o “Colono”, que “aliava as qualidades do trabalho às faculdades da inteligência que, junto ao amor a terra, transformaram as antigas colônias em ricos municípios”; “Um a um a viverem vida divergente e a dissimilarem fundamentalmente

<sup>3</sup> O autor se refere a Cabral, 1938; Câmara, 1940; Luz, 1952; Vianna, 1923.

no soma e na psyché”. Para Câmara, o principal problema de Santa Catarina era o Praiano, ponto mais baixo em sua caracterização, ainda que o Serrano, por trazer forte componente de mestiçagem, não ficasse muito acima, enquanto o Colono era a base e, principalmente, a esperança de prosperidade (CÂMARA, 1940, p. 12).

Ainda mais influente, e uma das obras fundamentais do período, temos *Santa Catarina: História e Evolução*, de Oswaldo Rodrigues Cabral (CABRAL, 1938). Publicado dois anos antes da obra de Câmara, trata-se de um estudo mais denso, que pela primeira vez busca realmente se aprofundar em uma organização histórica e geográfica do estado. Ainda assim, apesar do esforço de pesquisa que contempla e da qualidade de Oswaldo Cabral como autor e pesquisador, a obra é profundamente evolucionista, na linha do naturalismo, que em outros lugares do país já encontrava seu ocaso, tratando a construção de Santa Catarina como uma “conquista da civilização ao primitivo gentio”.

Na obra, Cabral também designa três tipos principais: o pescador e o colono, no litoral, e o sertanejo, no interior. Para ele, no entanto, os dois primeiros mantinham profunda comunicação e representavam, para o estado, a modernidade, ao contrário das tradições do sertanejo. As diferenças entre os tipos se dariam pelas variações da natureza, do meio e das características das raças que o compunham. Os imigrantes europeus (alemães e italianos, principalmente) se mantêm, em Cabral, como os elementos de dinamização econômica e social, consolidando-se como diferencial da formação de Santa Catarina em relação ao restante do Brasil. Convém salientar que seu trabalho é um dos primeiros a iniciar um processo de protagonismo, mesmo que isso só vá se consolidar em um período posterior, da imigração açoriana de meados do século XVIII. Desse modo, ainda que, ao contrário de outras populações, afrodescendentes e indígenas, o açoriano paulatinamente saiu da invisibilidade, esse processo se dá ao colocá-lo como contraposição ao colono alemão e seu esforço industrialista e empreendedor.

## **O Congresso Catarinense de História (1948-1960)**

Após a Segunda Guerra Mundial e com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, o país sofre profundas mudanças nos mais variados campos. Em Santa Catarina, apesar da preponderância da família Ramos se estender ainda por alguns anos, até Irineu Bornhausen assumir o governo do estado em 1951, novas forças políticas emergem, em especial a partir do norte do estado, na área profundamente identificada como “de origem

alemã”. As atribuições da Segunda Guerra Mundial vão aos poucos ficando para trás, e o grande medo alemão, representando pelo temor à influência estrangeira nas populações de origem alemã, principalmente, e italiana, vai aos poucos perdendo importância. Na nova conjuntura política e no novo país que nasce após Vargas, a marca de “estrangeiro” passa de algo temido a questão a ser celebrada, dentro de um esforço de diferenciação em relação a outros lugares.

Até então, a chegada de populações dos Açores a Santa Catarina era conhecida, mas identificada com o cenário maior da ocupação portuguesa. Pouca ou nenhuma distinção era feita entre a ocupação oriunda de Portugal continental e de suas possessões no Atlântico. Dentro dessa busca por uma diferenciação entre Santa Catarina e outras regiões do país, entretanto, os açorianos surgem como mais um ponto de destaque para o estado. Para este discurso, mesmo que Santa Catarina dividisse a influência portuguesa com o restante do Brasil, destacava-se pela presença de portugueses vindos do Açores, e junto com essa diferença vinha uma negação da experiência escravocrata, do latifúndio e de outras experiências comuns a todo o país. É a partir daí que “os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e, posteriormente, de comemorações.” (SERPA, 1996, p. 66–67).

Esse processo se consubstancia no Congresso Catarinense de História, um dos eventos fundadores da historiografia catarinense. Realizado em 1948, em comemoração aos 200 anos do início da imigração açoriana para Santa Catarina, foi o primeiro grande evento da área e contou com a participação de praticamente todos os nomes do campo, ainda nascente. Um grande marco nas discussões sobre cultura no estado, colocou em contato e deu visibilidade aos pesquisadores que ainda estavam por se firmar no cenário da intelectualidade catarinense e foi um dos substratos para que alguns nomes, como Oswaldo Rodrigues Cabral, construíssem uma carreira sólida em campos como a História e a Antropologia.

Os trabalhos de Cabral são um grande exemplo da mudança na visão do colono açoriano. Cinco anos antes do Congresso, Cabral publicava um amplo estudo sobre a presença açoriana, muito oportunamente nomeado *Decadência agrícola do Açoriano*. Em um trabalho construído a partir de robusta pesquisa histórica, como era praxe no autor, são salientadas as dificuldades enfrentadas pelos açorianos emigrados e sua “incapacidade agrícola” e “falta de pendor para o trabalho rural” (CABRAL, 1943).

Já em *Os Açorianos*, sua contribuição ao Congresso de 1948 – publicada, com pequenas modificações, em 1951 – o cenário passa a ser um pouco diferente. Ainda que certas camadas tenham fracassado, em especial as que permaneceram ligadas às atividades agrícolas, Cabral tenta construir, a partir dos açorianos, uma aristocracia catarinense, sendo, inclusive, utilizado largamente nas disputas culturais que limitava Santa Catarina a um conflito entre açorianos contra alemães. Para Cabral, “o Açoriano venceu pela descendência. Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso.” (CABRAL, 1951, p. 89).

A partir de 1948, o colono alemão não era mais a base única para a prosperidade catarinense e o açoriano passava a ser uma influência benéfica, profundamente identificada com a capital do estado e com o litoral central, que lhe permitia uma disputa em bases semelhantes com o norte alemão em termos de construção de uma identidade e celebração de uma memória. Todo esse processo, entretanto, passava longe da valorização da diversidade populacional que sempre marcou o estado, o que exigiria reconhecer a contribuição de populações de origem indígena e africana, assim como de outras origens, que formaram a ampla população que construiu o país, aí incluída Santa Catarina. O que surgiu foi um açorianismo que buscava rivalizar com o germanismo, que disputasse a hegemonia sobre o passado e permitisse a narrativa de uma origem também nobre a determinadas forças políticas.

A presença de populações de origem africana ou indígenas, em especial, não encontrava abrigo nessa visão. Ainda que se reconhecesse em alguns momentos sua presença, era sempre em uma posição subalterna e efêmera – se não em duração cronológica ao menos em termos de efeito ou participação social –, de pouca importância, sempre remetendo ao período da escravidão. E mesmo a escravidão era vista como cordial e residual, pouco importante numericamente e de forma nenhuma semelhante à desenvolvida em outros espaços do país. Não havia em Santa Catarina, nessa visão, uma participação histórica efetiva destas populações, com sua presença indo pouco além de uma curiosidade anedótica.

De modo que, se o Congresso de 1948, para muitos, marca o início da historiografia em Santa Catarina, é também verdade que nesse período a tarefa dos intelectuais catarinenses passa a ser, assim, exaltar o estado a partir de suas singularidades, e não mais buscar sua inserção no espaço brasileiro. Trata-se de um

esforço em marcar sua excepcionalidade, a partir da busca por uma “origem”, “pura”, de colonização, em contraponto à mestiçagem do resto do país.

## **Profissionalização e academia (1960-1983)**

No início da década de 1960, um novo cenário começa a se formar em Santa Catarina. A partir da junção de algumas faculdades que já operavam em Florianópolis é erguida a Universidade de Santa Catarina. Pouco tempo depois, a mesma é federalizada, passando a ser chamada de Universidade Federal de Santa Catarina. O antes distante mundo acadêmico passa a ser vivido na cidade, com a abertura de vários cursos. Profundamente ligada às disputas políticas locais, a universidade traz consigo, também, os intelectuais que já estavam estabelecidos no estado, através de nomes como Henrique Fontes, Ferreira Lima e Oswaldo Cabral. A partir destes novos cursos, em especial o de História, e de aparatos como o recém-criado Instituto de Antropologia (que anos depois viria a se tornar Museu de Antropologia, depois Museu Universitário e hoje Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral), a já estabelecida cena erudita de Santa Catarina passa a contar com uma universidade, profissionalizando campos científicos ainda pouco estabelecidos, como a História, a Geografia e a Antropologia.

O surgimento da UFSC tem grande influência no cenário das disputas do campo da cultura catarinense. Com a universidade definitivamente instalada em Florianópolis, outros lugares do estado deixam de ser uma ameaça à hegemonia da capital. A disputa, senão em sua faceta econômica, ao menos na cultural, entre Florianópolis e o norte do estado, que havia sido travada sob a imagem do açoriano contra o alemão, perde fôlego. A UFSC, entre outras iniciativas, garante que o centro das discussões continue sendo Florianópolis, o que faz com que a emergência de novos discursos em outras áreas de Santa Catarina deixe de ser uma ameaça direta.

Esse cenário dá forma a uma nova maneira de perseguir uma identidade para Santa Catarina. A disputa pela hegemonia em todo o território do estado dá lugar ao que Garcia Jr. vai chamar de “mosaico cultural” (GARCIA JR., 2002). No lugar de uma única identidade que represente todo o estado, o que surge é a imagem de uma série de ‘ilhas’, cada uma com sua etnia dominante. Nessa visão, o litoral central seria açoriano, o norte alemão e o sul italiano, com o planalto e o oeste divididos entre essas origens, além de ilhas menores de origem diversa, como tirolezes, pomeranos e poloneses. A diversidade,

e em especial a participação de populações indígenas e de origem africana, continuava, no entanto, ausente. A antiga guerra pelo protagonismo cultural da formação de Santa Catarina dá lugar a um tratado de paz, que resolve a disputa ao delimitar zonas de influência. Como costuma ocorrer nestes casos, entretanto, na nossa metafórica Berlim apenas os vencedores recebem seus quinhões, e a divisão é arbitrária e instável.

Esse arranjo agradava as principais correntes e ajustava os interesses mais influentes. Ainda que Santa Catarina continuasse, sob certos aspectos, sem um tipo específico, como o gaúcho do Rio Grande do Sul ou o caipira de Minas Gerais, o estado passava a ter mais um diferencial em relação a outros espaços. A origem europeia de sua população continuava intocada e sem ameaças, mas agora havia um balcão de origens a se escolher. No entanto, as opções a escolher neste balcão eram ainda muito bem definidas, e qualquer movimento passava por um crivo exigente e alerta.

## **Turismo e festas típicas (1983-1996)**

Os anos de 1983 e 1984 foram de tragédias em Santa Catarina, com duas grandes cheias no Rio Itajaí, que afetaram especialmente a cidade de Blumenau, principal centro da “cultura alemã” no estado. Em resposta à tragédia, a região recebe destaque nacional, sendo construído um discurso de superação, a partir de um povo trabalhador, forte e ordeiro, “tipicamente alemão”. Santa Catarina, em especial através de seu governo, busca essa imagem como elemento de propaganda do estado, tanto como forma de celebração como de divulgação turística para outras regiões do país.

O principal símbolo dessa opção é a Oktoberfest, festa criada em 1984 como forma de levantar fundos para a resposta às cheias. Celebra, anualmente, a origem alemã de Blumenau, recebendo amplo apoio dos governos. O modelo da Oktoberfest, de um festival em outubro em celebração a uma suposta origem étnica da cidade, vai ser replicado em vários outros municípios e passa a ser um importante fator econômico no estado, em especial por proporcionar um incremento no turismo fora da temporada de verão. Essas festas vão demonstrar, também, o valor de um turismo de base étnica, sempre de origem europeia e deixando de fora das celebrações grande parte das demais populações. É a utilização não só cultural ou social, mas econômica, do mito da pureza de origem de Santa Catarina, com um turismo a partir da ideia de “um pedacinho da Europa no sul do Brasil”.

**Tabela 1:** Principais festas de Santa Catarina.

Festa	Cidade	Ano de Criação	Tema Étnico
Oktoberfest	Blumenau	1984	Alemão
Festa Pomerana	Pomerode	1984	Alemão
Fenarreco	Brusque	1986	Alemão
Festa do Pinhão	Lages	1987	Sem tema étnico
Incanto Trentino	Nova Trento	1988	Italiano
Tirolerfest	Treze Tílias	1988	Austríaca
Festa das Etnias	Criciúma	1989	Italiano, polonês, africano, alemão e português
Schutzenfest	Jaraguá do Sul	1989	Alemão
Kegelfest	Rio do Sul	1990	Alemão
Açor	Itinerante	1994	Açoriano
Festa da Colonização Italiana	Chapecó	2001	Italiano
Carnavale di Venezia	Nova Veneza	2004	Italiano
Festival do Camarão	Porto Belo	2013	Açoriano

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir daí o que ocorre é uma etnificação do turismo. Como fonte de trabalho e renda de destaque em largas regiões do estado, não se alinhar com a identidade dominante pode significar, também, afastar-se do principal diferencial de mercado disponível. Um grupo cultural da cidade de Blumenau que não se articule com a ideia do alemão, por exemplo, não vai poder aproveitar o esforço de atração de visitantes despendidos pelos governos, que vendem a região como uma pequena Alemanha, tendo para si fechadas a maioria das portas. É assim uma tendência profundamente homogeneizante.

Essas chamadas “festas típicas”, e a série de manifestações culturais que as envolvem, são ao mesmo tempo uma celebração e uma demarcação de controle sobre determinados espaços. Chama a atenção que a única das grandes festas sem uma filiação étnica explícita, a Festa do Pinhão, é realizada em Lages, principal cidade do chamado Planalto Serrano, região central do estado que é a mais pobre e onde concentram-se as maiores porcentagens de pretos e pardos de Santa Catarina, conforme classificação do IBGE. Tais celebrações trazem consigo, na maioria das vezes, a mais eloquente declaração de uma origem “oficial” da cidade. São o ápice de tradições inventadas que procuram regular as relações culturais e as políticas de identidade em Santa Catarina.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN; RANGER, 2002, p. 9)

A clara opção pela narrativa de uma Santa Catarina branca e europeia, mormente alemã, mas também açoriana ou italiana, acaba por excluir de sua identidade parcela significativa da população. Como contraponto ao restante da experiência brasileira, o estado acaba por marginalizar ou invisibilizar as presenças que não condizem com o discurso escolhido. A região passa a ser descrita como um grande vazio demográfico quando de sua ocupação por colonos europeus, e a partir daí com irrelevante participação de populações de origem africana. O cenário que se pinta para Santa Catarina é de uma participação marginal da mão de obra cativa. Seriam poucos os escravos, e mesmo eles desempenhariam suas funções lado a lado com a família do senhor, sendo tratados como iguais. É o mito de uma escravidão cordial e residual, que não sobrevive a uma análise mais detida da extensão da presença de cativos na história de Santa Catarina e de sua importância e posição nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do estado (CARDOSO, 2004). E esse cenário, distópico para nós, mas que muitos considerariam uma utopia, é vendido como o diferencial catarinense, uma espécie de microcosmo onde os sonhos de branqueamento da população que vários no Brasil acalentam desde o Império tivesse, efetivamente, obtido êxito.

## **Rupturas e novas aproximações (1996 até hoje)**

A chegada de novos tópicos, surgidos com os questionamentos às noções monolíticas de identidade, adiciona um novo nível de complexidade à história. Iniciativas e atitudes antes valorizadas passam a se apresentar como conflitantes, e surgem relatos que questionam narrativas já cristalizadas. Em especial dentro das grandes narrativas – marcos importantes na discussão de uma memória coletiva –, momentos de conflito, violências e agressões a grupos ou indivíduos, antes esquecidos, emergem, e a tênue e violenta estabilidade até então construída se vê ameaçada.

Na realidade, a inadequação do modelo proposto já aparecia nos dados recolhidos por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni na década de 1960, na obra *Cor e Mobilidade Social no Sul do Brasil*, que apontavam a forte presença da mão de obra cativa e das populações de origem africana em Santa Catarina (CARDOSO; IANNI, 1960). E alguns autores catarinenses já vinham apontando a inadequação do modelo, como Eunaldo Verdi, em 1981:

Para isto, verdadeiras fortunas são desperdiçadas em promoções que, apesar de rotuladas como tal, nada têm a ver com a cultura.

Paralelamente, inicia-se um processo de burocratização da cultura, processo este que facilitará um controle maior das instituições oficiais sobre as atividades culturais, bem como uma delimitação do que deve ser aceito ou não como cultura catarinense. [...] É por aí que se procura destacar a existência dos chamados ‘ilhamentos culturais’ em nosso Estado, sendo os mesmos determinados segundo critérios raciais. Sinceramente não vejo a razão destes critérios. Dizer que Blumenau caracteriza-se pela cultura germânica, já não me parece tão tranqüilo assim. É inegável de que lá existam descendentes de alemães, mas são uma minoria [...] [A população] é duma diversidade étnica tão grande que será difícil fazer qualquer pretensão mapeamento. O mesmo se dá com Joinville. Com Florianópolis, no caso do elemento açoriano, se dá a mesma coisa. E assim por diante (VERDI, 1981, p. 116–117).

Mas é apenas a partir do final da década de 1980 que esse modelo começa a ser efetivamente questionado. Nesse processo se destacam duas coletâneas reunindo trabalhos de pesquisadores diversos. *Negro em terra de branco*, organizado por Joana Maria Pedro, e *Negros no sul do Brasil*, organizado por Ilka Boaventura Leite, apontam novos caminhos, novas possibilidades de compreender a formação de Santa Catarina em linha com o conhecimento que se construía (LEITE, 1996; PEDRO, 1988). A partir da virada do século XXI, em novos grupos de pesquisa e núcleos de estudos essas interpretações ganham ainda mais fôlego, com grande número de pesquisas e uma ampliação dos temas e períodos estudados. Nesse processo, destaca-se o trabalho de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2004) não só pelo marco que representou sua tese de doutorado, mas também pelos trabalhos por ele orientados e os realizados no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB\UDESC (CARDOSO, 2004).

A ideia – e para alguns o sonho –, de uma Santa Catarina homogênea e eminentemente europeia não mais se sustenta. Novos estudos permitem que emergja aqui e ali a diversidade. Embora seja um processo em construção e em muitos lugares subsista o discurso do “pedacinho da Europa no sul do Brasil”, não é mais o único vinculado, e uma Santa Catarina multicultural e consciente de sua diversidade, que reconhece as variadas origens que a compõe, parece tentar consolidar-se.

## Considerações finais

A construção de uma identidade em Santa Catarina se confundiu, muitas vezes, com a busca de uma origem. Mais do que isso, falar de cultura no estado é, no mais das vezes, falar de identidade. Busca-se, nessa perspectiva, uma identidade única para o

estado, negando-se a diversidade que, em outros lugares do Brasil, é considerada, ela mesma, uma das principais marcas de identidade.

Essa disputa por qual seria a real identidade catarinense é, afinal, a disputa pelo direito a participar das decisões econômicas e políticas no estado. Como em outros lugares, os “de fora” são continuamente empurrados para a periferia dos processos políticos, sejam os de grande escala, como o acesso aos cargos de mando na estrutura estatal, seja em escala menor, nas relações do dia a dia. Definir quem é “realmente” catarinense é dizer quem pode participar das discussões políticas, é definir quem vai ter acesso às benesses e aos incentivos disponíveis.

Tais identidades criadas ou reinventadas não podem ser entendidas como assimilação, pois são resultado de processos históricos que não ocorrem em mão única, ainda que resultantes de uma relação desigual, inseridas em relações de poder, dependência e subordinação, marca sempre presente do colonialismo. Os próprios conceitos que se utilizam, entretanto, ainda não estão suficientemente definidos.

Nestor Canclini aponta como conceitos diferentes oriundos de outros campos podem nos ajudar a pensar, mas são, de todo o modo, insuficientes. Um dos caminhos que surgem é o da hibridação, pois

abrange diversas mesclas interculturais – não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólico tradicionais (CANCLINI, 2000, p. 19).

Já para Peter Burke, nem mesmo o conceito de hibridação é suficiente, e o pesquisador aponta outros caminhos possíveis:

Os conceitos de sincretismo, de mistura e de hibridismo têm também a desvantagem de parecerem excluir o agente individual. ‘Mistura’ soa mecânico. ‘Hibridismo’ evoca o observador externo que estuda cultura como se ele fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimes botânicos. Conceitos como ‘apropriação’ e ‘acomodação’ dão maior ênfase ao agente humano e à criatividade, assim como a ideia cada vez mais popular de ‘tradução humana’, usada para descrever o mecanismo por meio do qual encontros culturais produzem formas novas e híbridas (BURKE, 2003, p. 55).

Acreditamos, assim, que a discussão sobre memória e identidade em Santa Catarina tem-se fixado excessivamente na questão da origem, mais que na própria ideia de cultura de forma mais ampla. Esse direcionamento não é, de todo modo, inocente, mas assume formas de definições bastante agudas de acesso e pertencimento, que dão base a

concessão de oportunidades. Talvez um dos caminhos para superar essas concepções seja justamente deslocar a análise da origem para os modos de vida, em um processo que nos parece já em curso, ao menos em parte dos estudos.

Ou seja, é compreender a identidade a partir das experiências. Para E.P. Thompson, o conceito de ‘experiência’ surge como elemento aglutinador das identidades. Não há uma divisão essencialista ou natural, mas a construção, a partir das vivências cotidianas, de pontos de contato, fluidos e fragmentados. É a experiência que vai construir os grupos sociais, e é a partir dela que as identidades são construídas.

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras. [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1963, p. 203).

Enquanto nas discussões acadêmicas, em especial no campo das ciências sociais, as construções de interpretações que reconheçam a diversidade do estado estejam avançadas, o mesmo não se pode dizer de outras esferas. Nas discussões públicas, é comum encontrar tentativas de silenciar vozes por serem consideradas ‘de fora’, particularmente a partir do discurso de preservação de um cenário cultural ‘tradicional’.

Deste modo, grande parte da discussão sobre identidade em Santa Catarina, no decorrer de sua história, foi principalmente sobre isto. Não se trata de definir quem pode pertencer, mas sim apontar, claramente, quem deve ser excluído.

## Referências

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CABRAL, O. R. *Santa Catarina: história e evolução*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. v. 80

CABRAL, O. R. Decadência agrícola do açoriano. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, v. 2, p. 22–25, 1943.

CABRAL, O. R. *Os açorianos*. Florianópolis: IHGSC, 1951.

CÂMARA, L. Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, v. I, n. 4, 1940.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, P. DE J. F. *Negros em Desterro: as experiências das populações de origem africana em Florianópolis (1860-1880)*. Tese de Doutorado em História—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [s.l.] J. Olympio, 1933.

GARCIA JR., E. *Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense*. Dissertação de Mestrado em História Cultural—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2002.

GEERTZ, C. *Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GILROY, P. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. DA (Ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 103–133.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, S. B. DE. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

LEITE, I. B. (ED.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LUZ, A. Á. DA. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: Edição do Autor, 1952.

PEDRO, J. M. (ED.). *Negro em Terra de Branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO. *Diversidade é a marca da cultura catarinense*. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conheca-sc-cultura>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SERPA, É. C. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 20, p. 63–79, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

VERDI, E. Por uma identidade cultural catarinense. *Travessia*, v. 3, p. 114–126, dez. 1981.

VIANNA, O. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1923.